



**9º Encontro Internacional de Política Social**  
**16º Encontro Nacional de Política Social**  
Tema: A Política Social na Crise Sanitária revelando Outras Crises  
Vitória (ES, Brasil), 13 a 15 de junho de 2023

---

Eixo: Mundo do Trabalho.

**Divisão Sociossexual e Racial do Trabalho Doméstico Feminino e Superexploração do Trabalho**

**Ana Cristina Oliveira de Oliveira<sup>1</sup>**  
**Anna Clara Coutinho da Silva<sup>2</sup>**

**Resumo:** A proposta deste estudo é refletir as tendências da inter-relação entre a superexploração da força de trabalho e o conservadorismo reacionário sobre a precarização do trabalho doméstico feminino. Dessa maneira, este trabalho apresenta, à luz da teoria social crítica, a precarização do trabalho doméstico feminino no capitalismo dependente frente à investida conservadora, entendendo-a como parte integrante das formações sociais dos estados modernos, articulando racismo e o sexismo. Conclui-se que a divisão sociossexual e racial do trabalho impõe o aprofundamento das contradições destrutivas do capitalismo em sua crise estrutural, ao denunciar a naturalização da subalternização das mulheres negras pela servidão presente na reprodução social do capital.

**Palavras-chave:** Capitalismo dependente. Trabalho doméstico feminino. Conservadorismo. Precarização do trabalho. Divisão sociossexual e racial do trabalho.

**Sociosexual and Racial Division of Female Domestic Work and Overexploitation of Labor**

**Abstract:** The purpose of this study is to reflect trends in the interrelation between the overexploitation of the workforce and the reactionary conservatism on the precariousness of female domestic work. In this way, this work presents, in the light of critical social theory, the precariousness of female domestic work in dependent capitalism in the face of the conservative onslaught, understanding it as an integral part of the social formations of modern states, articulating racism and sexism. It is concluded that the socio-sexual and racial division of labor imposes the deepening of the destructive contradictions of capitalism in its structural crisis, by denouncing the naturalization of the subordination of black women by the servitude present in the social reproduction of capital

**Keywords:** Dependent capitalism. Female domestic work. Conservatism. Precarious work. Sociosexual and racial division of labor.

## INTRODUÇÃO

A crise do capital é um fenômeno estudado por diversas correntes teóricas, mas é especialmente analisada pelos marxistas, que veem essa crise como uma contradição fundamental do modo de produção capitalista baseado na exploração da força de trabalho pelo capital.

---

<sup>1</sup> Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF) Niterói, e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional. Email: [anacristinaoliveira@id.uff.br](mailto:anacristinaoliveira@id.uff.br)

<sup>2</sup> Graduanda de Serviço Social pelo Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF) Niterói. E-mail: [accsilva@id.uff.br](mailto:accsilva@id.uff.br)

Diante do cenário atual, em breves argumentos, este texto tem como objetivo trazer alguns elementos preliminares de como o conservadorismo dominante assola as pretensões sociais de fortalecimento da superação da superexploração da força de trabalho (LUCE, 2018). A ênfase se dá na presença na perda histórica de direitos sociais conquistados no processo de luta de classes no bojo da redemocratização brasileira e do cenário de um conservadorismo reacionário contemporâneo mundial e, na particularidade brasileira, de forma avassaladora. A atualidade, que tem como pano de fundo a polarização política e o crescimento de movimentos conservadores organizados que remonta uma política externa subserviente e alinhada com os interesses do capitalismo internacional dominante.

Vive-se numa época da qual existe uma regressão dos direitos e destruição do legado de conquistas históricas dos trabalhadores em nome da defesa do mercado e do capital, cujo reino pretende-se à acumulação cada vez maior com base na propriedade dos meios de produção e trabalho alheio.

A elevada disparidade de desigualdade social onde os ricos saíram da crise sendo mais ricos, e os pobres, relativamente mais pobres tem sua gênese na acumulação primitiva que adensa no território brasileiro como um dos centros de acumulação de capital. Entretanto, é preciso considerar que o Brasil avança na posição sub-imperialista<sup>3</sup> na produção e transferência de valor excedente de produção pela via do comércio legitimando a superexploração da força de trabalho. O capitalismo dependente brasileiro opera, assim, como forma de fragmentar a classe trabalhadora, tendo o racismo como elemento estruturante que funciona como um mecanismo de dominação em torno dos interesses hegemônicos burgueses ao criar falsas diferenças e rivalidades entre os diversos grupos raciais. Isto é revelado, sobretudo, pelo enfraquecimento da luta da classe trabalhadora contra a exploração capitalista. O racismo, portanto, se apresenta como parte intrínseca à superexploração do trabalho e apartada da luta pela emancipação humana.

Intensifica-se a investida contra a organização coletiva de todos aqueles que, destituídos da propriedade, dependem de um lugar nesse mercado, cada dia, mais restrito e seletivo, que lhes permita produzir o equivalente de seus meios de vida. Com isso, crescem as desigualdades sociais de classe. Esses processos são potenciados pelas

---

<sup>3</sup> Para Marini (LUCE, 2011) o subimperialismo tem sua origem nas leis próprias da economia dependente, cujos fundamentos são a superexploração do trabalho e a transferência de valor. É um fenômeno que pode ser apreendido através da combinação de quatro variáveis: grau de monopolização e de operação do capital financeiro na economia dependente, a mobilização de um esquema particular de realização do capital (Estado, mercado externo e consumo suntuário), hegemonia em um subsistema regional de poder, lógica da cooperação antagonica com o imperialismo dominante.

políticas neoliberais e liberais-desenvolvimentistas, que capturam os estados nacionais, erigidas pelos poderes imperialistas como caminho único para animar o crescimento econômico, cujo ônus recai sobre as grandes majorias (IAMAMOTO, 2004. p.1).

Conforme nos alerta Florestan Fernandes (2009) somente interessa aos países que possuem autonomia ou usufruem de algum nível de hegemonia dentro do mundo capitalista as ditas “questões de desenvolvimento”, ou seja, aos demais países, não importando o continente ao qual esteja situado, resta preocupar-se com uma “arcaização do moderno” e uma “modernização do arcaico”, vivenciando uma exploração denominado por Fernandes de “dentro para fora” e de “fora para dentro” onde o trabalhador não atende somente aos interesses da burguesia local, mas também aos interesses da burguesia exterior.

Neste âmbito, a precarização do trabalho e criação de empregos são considerados subalternos. Podemos citar como exemplo, o trabalho doméstico, trabalho este não existente nos países ditos desenvolvidos. Contudo, o trabalho doméstico que são bem rotineiros na realidade de países de capitalismo dependente como o Brasil. Além disso, são esses trabalhos subalternos que são destinados às parcelas da sociedade consideradas minorias. Em se tratando especificamente do trabalho doméstico, majoritariamente ocupado por mulheres e em grande número por mulheres pretas, nos leva a questionar a divisão sociosexual e racial do trabalho.

A divisão sociosexual e racial do trabalho feminino tem raízes históricas e culturais profundas e, apesar dos avanços na luta pela igualdade de gênero e luta antirracista, ainda é uma realidade presente em muitas sociedades ao redor do mundo. Isso pode levar a desigualdades salariais e oportunidades limitadas de desenvolvimento profissional para as mulheres, bem como à sobrecarga de trabalho e ao estresse emocional resultante da tentativa de conciliar a vida profissional e familiar. Em matéria do site “Movimento Mulher 360” pode-se verificar os dados referentes à desigualdade salarial acarretada por gênero e raça:

Gênero e raça contribuem para aumentar a desigualdade salarial dentro do mercado de trabalho. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022, as mulheres recebem 20,2% menos que os homens e a hora de trabalho de uma pessoa negra vale 40,2% a menos do que a de uma branca. Ao se comparar a remuneração de mulheres negras com profissionais brancos, a diferença fica em 46%. Outra pesquisa aponta que a desigualdade salarial também está relacionada aos cargos que os grupos minorizados ocupam (MOVIMENTO MULHER 360, 2023).

Os documentos produzidos pelo DIEESE, IBGE/PNAD, IPEA, OXFAM e OIT; nos entrega um cenário relativamente estagnado no que concerne à ocupação no mercado de trabalho “embora a desocupação tenha melhorado (devido à queda da taxa de desocupação), a inserção ocupacional mostra situação precária, por conta da proporção ainda elevada de trabalho informal. Consequentemente, a renda do trabalho também não evoluiu, uma vez que a informalidade tende a gerar menor remuneração” (ICT – DIEESE, 2023). Nesta análise, o texto expõe, assim, a realidade de milhares de trabalhadoras domésticas e problematiza a precarização em que se encontram estas profissionais frente a uma sociedade machista, patriarcal, conservadora no cerne do capitalismo dependente.

### **CAPITALISMO DEPENDENTE, PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO**

As mudanças contemporâneas na sociabilidade capitalista requerem uma interpretação crítica considerando os elementos para compreensão da realidade nos seus aspectos da produção e reprodução social da vida. Por conseguinte, lançam desafios de análise sintonizada com as transformações societárias à particularidade histórica da sociedade brasileira.

A linha argumentativa das tendências que a temática assume na atualidade abre um leque de análises fecundas para esquadrihar as novas configurações da dinâmica capitalista que, sob a chamada “acumulação flexível”, confere à força de trabalho uma nova racionalidade, como parte das estratégias capitalistas para substituir o trabalho vivo pelo trabalho morto, criar formas renovadas de subsunção do trabalho ao capital, e erodir as identidades classistas constituídas nas práticas político-organizativas das classes trabalhadoras.

Trata-se de um movimento molecular necessário à nova fase de acumulação capitalista para criar um trabalhador de novo-tipo, desvinculado de suas organizações coletivas e acomodado em uma miríade de formas e modalidades de trabalho que prescindem da proteção social conquistada historicamente nas lutas e tentam recompor suas bases objetivas e subjetivas de dominação.

Sem delongas, o fizeram sob bases destrutivas que abarcam a totalidade da vida social: o avanço desmesurado sobre a natureza e seus recursos, a subtração das condições de reprodução social ao mínimo necessário, a violência estatal sobre a população pobre, preta e periférica, o ataque e extermínio dos povos originários e grupos

LGBTQI+ e outros segmentos da classe trabalhadora, ademais da ofensiva aos direitos sociais e humanos.

A precariedade do trabalho, neste lócus ardiloso, assume, portanto, um lugar inerente aos processos de exploração da força de trabalho e não apenas como um termo abstrato e deslocado das relações sociais que o determinam. Sua compreensão impõe considerar a lógica da produção e da reprodução das relações sociais do capital como uma unidade dialética, mas não idêntica.

Nossa compreensão se coaduna com o argumento de Lara e Maranhão (2019) ao destacar que a análise da questão social exige a mediação com a teoria marxiana da lei geral da acumulação capitalista. “Esta é uma chave heurística essencial para o começo de qualquer investigação concreta que pretenda avançar nos estudos sobre as situações históricas particulares da ‘questão social’” (LARA; MARANHÃO, 2019, p.39).

A assertiva sobre a exploração do trabalho e trabalho morto desenvolvida por Karl Marx (1983;2008)), assume contornos contemporâneos das condições e relações de trabalho no capitalismo. Desse modo, entende-se que a precarização do trabalho e da vida social é a forma perversa assumida na atualidade da exploração do trabalho alicerçada pela crise do capital e a captura do fundo público que só têm explicação se pensados a partir do processo de superexploração<sup>4</sup> e de expropriação do trabalho, tendo a alienação como o fundamento da precarização do trabalho pautada pela reestruturação produtiva. Com isso, as transformações no mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo implicam numa multiplicidade processual das condições de vida e trabalho da classe trabalhadora. As diversas formas se dão pela desproletarização do trabalho industrial fabril e um exponencial alargamento do assalariamento no setor de serviços com a universalização da subproletarização do trabalho, nas formas de trabalho precário, parcial, temporário, subcontratado, terceirizado, doméstico e informal (ANTUNES, 1998, 1999).

Os direitos do trabalho e previdenciário foram duramente atingidos, e, embora já desde as décadas de 1990 e 2000 já estivessem sendo alvo de ofensivas, é na segunda metade dos anos 2000 e, particularmente no contexto da crise de 2008 que as mudanças são aceleradas, com o aumento da superpopulação relativa e a intensificação de formas de exploração da força de trabalho.

---

<sup>4</sup> Segundo Carcanholo (2017), a categoria superexploração da força de trabalho é central na teoria marxista da dependência e é entendida como o sentido das formas/mecanismos do aumento das taxas de mais-valia, como o conjunto de todas as situações que permitem o aumento do grau de exploração da força de trabalho, a partir da redução dos salários a um nível inferior desta.

A reforma trabalhista - lei nº 13.467/17 - legaliza a “flexibilização” do contrato de trabalho e a validação de formas de trabalho precarizadas, Neste lastro o campo de acordos trabalhistas antes garantidos por lei como direito dá lugar à regulamentação da terceirização das atividades fins por esta legislação, que avança na configuração da superexploração do trabalhado. Esse complexo de medidas se configura como um retrocesso das conquistas referentes à proteção social do trabalho, bem como um ataque direto aos trabalhadores, abrindo precedentes para as variadas formas de subcontratação e precarização do trabalho.

Esse contexto se explica a partir da relação subordinada entre as economias periféricas e centrais, que são alimentadas por uma engrenagem pautada na intensificação da exploração da força de trabalho ao erguer-se sob os contornos da superexploração do trabalhado para o aumento do lucro excedente exponencial ao definir interesses que supram a transferência de valores produzidos aqui para os países capitalistas centrais.

Nesta conjuntura e concordando com Cisne (2018, p. 12) compreendemos que “as relações sociais de sexo, raça e classe são antagônicas e estruturais porque determinam materialmente a exploração do trabalho, por meio da divisão de classe e da divisão sexual e racial do trabalho”. O esforço de compreensão das relações sociais de sexo, raça e classe tem sido permanente e necessário àqueles/as que afirmam o método histórico-dialético de análise da realidade como atual e vigente para responder às complexidades e novas configurações do trabalho na sua vinculação com a questão social

A inserção do povo preto no mercado de trabalho, na condição de superpopulação relativa e herdeiro das relações escravistas (MOURA, 1983), teve e tem sérias repercussões para a força de trabalho brasileira na contemporaneidade pelo lugar ocupado na divisão social do trabalho, estando visivelmente distante das relações formais de trabalho e das ocupações de maior prestígio social e econômico.

## **O TRABALHO DOMÉSTICO ENQUANTO TRABALHO SUBALTERNIZADO NOS PAÍSES EMERGENTES**

O trabalho doméstico não é visto como um trabalho subalternizado a pouco tempo, esta prerrogativa vem sendo alimentada desde a formação social brasileira com a manutenção ideológica do patriarcado, entendedor de que o papel da mulher na sociedade é a de cuidar da casa, dos filhos e reproduzir, é deste ideário que surge a compreensão do

trabalho doméstico como função a ser ocupada por mulheres, trabalho este não gerador de capital e por este motivo não merecedor de direitos e remunerações justas.

Além de majoritariamente ocupado por mulheres, o trabalho doméstico ainda é preenchido em sua maioria por mulheres negras, estas que se encontram à margem da sociedade por muitas vezes incapacitadas de acessar boas qualidades de ensino, capacitação e conseqüentemente oportunidades melhores de trabalho se vêm na necessidade de assumir a função como trabalhadora doméstica, vivenciando um dia a dia totalmente precarizado. No entanto, todo esse cenário descrito é vivenciado quase que integralmente apenas nos países emergentes, segundo a OIT países como Brasil, Índia, Indonésia, Filipinas, México, Colômbia, Argentina e Arábia reúnem o maior número de domésticas e isto não é uma coincidência:

Segundo o relatório, as cinco primeiras nações têm um total de 17,5 milhões de pessoas, entre empregadas, babás e caseiros, que prestam serviços domésticos. Apenas no Brasil, que lidera a lista, esse contingente é de 7,2 milhões de pessoas, segundo o IBGE. O desemprego, combinado à baixa qualificação profissional de grande parte da população feminina nos países mais pobres podem explicar esta tendência', esclarece à BBC Brasil Martin Oelz, especialista em direito do trabalho da OIT sobre as condições de trabalho no mundo." (WENTZEL, 2018).

O aumento neste setor se dá ao fato de cada vez mais mulheres ao entrar no mercado de trabalho conseqüentemente necessita de ter outra pessoa que dê conta dos afazeres domésticos. Isto se dá ao fato de que a jornada de trabalho como um todo impossibilita o trabalhador prover tempo para seu próprio lar, além disso pelo fato do trabalho doméstico ser visto como um trabalho inferior faz-se comum a presença de empregadas domésticas nos lares da chamada classe alta ou burguesia brasileira no campo da reprodução das relações sociais do capital.

A produção e a reprodução das relações sociais capitalistas não estão confinadas à relação capital e trabalho nas condições objetivas de produção e reprodução da vida material. O cerne desta produção e reprodução das relações sociais integram uma composição complexa da totalidade da vida social em suas determinações universalizantes e singulares, em suas tendências históricas e em suas manifestações cotidianas. Marx e Engels (2009, p. 31) expõem:

A produção das ideias, das representações, da consciência, está em princípio diretamente entrelaçada com a atividade material e o intercâmbio material dos homens, linguagem da vida real. (...) Os homens são os produtores das suas representações, ideias etc., e precisamente os homens condicionados pelo modo de produção da sua vida material, pelo seu intercâmbio material e o seu desenvolvimento posterior na estrutura social e política.

O aumento do setor do trabalho doméstico feminino no campo da reprodução das relações sociais, entretanto não acompanha a inserção de direitos, pelo contrário, abusos são cada vez mais relatados, apesar da PEC das domésticas promulgada em abril de 2013 ainda são muitos os relatos de domésticas em situação análogo a escravidão, em matéria do Correio Braziliense a jornalista Thays Martins relata os inúmeros resgates de domésticas realizados no ano de 2022, conforme explicitado abaixo:

Apenas em julho deste ano, o Brasil teve seis resgates de mulheres sendo submetidas ao trabalho análogo à escravidão doméstico. Apesar de parecer assunto do século retrasado, o país tem visto os números desses casos aumentarem ano após ano. Em 2021, foram 31 pessoas retiradas de situações análogas à escravidão no serviço doméstico, o maior número em um único ano, de acordo com dados da Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego. Este ano, alguns casos ganharam destaque na mídia, como o da idosa que passou 32 anos nessas condições, em Minas Gerais, e de outra que foi mantida encarcerada por 72 anos, no Rio de Janeiro. Nunca antes os auditores do trabalho tinham feito um resgate em que a pessoa estivesse há tantos anos sendo submetida a serviços degradantes (MARTINS, 2022).

O trabalho doméstico vem sendo alimentado pela desigualdade social desde a escravatura no Brasil, este contexto entretanto não se vê sendo reproduzido nos países “desenvolvidos”, isto porque sob a ótica do capitalismo dependente os países centrais usufruem de menores jornadas de trabalho, bem estar social devido a constante exploração realizada aos países periféricos, o trabalho doméstico atinge 0,8% segundo a OIT em países centrais isso se dá ao fato de a população conseguir prover tempo para os afazeres domésticos, dispensando a necessidade de tais trabalhadores.

Em 1995, havia 5,3 milhões de trabalhadores domésticos no Brasil. Desses, 4,7 milhões eram mulheres, sendo 2,6 milhões de negras e pardas e 2,1 milhões de brancas. A escolaridade média das brancas era de 4,2 anos de estudo, enquanto que das afrodescendentes era de 3,8 anos. Vinte anos depois, em 2015, a população geral desses profissionais cresceu, chegando a 6,2 milhões, sendo 5,7 milhões de mulheres. Dessas, 3,7 milhões eram negras e pardas e 2 milhões eram brancas., diz Claire Hobden, especialista em Trabalhadores Vulneráveis da OIT (WENTZEL, 2018).

Interessa, portanto, que a compreensão do fundamento das particularidades das trabalhadoras domésticas, compreender a divisão sociossexual e racial do trabalho apresenta uma herança de um passado escravocrata e patriarcal. Observar a superexploração do trabalho doméstico como fruto da formação social brasileira e da dominação provinda do capitalismo dependente e a negligência em acolher mudanças nesta realidade é reconhecê-lo no solo confluído pelo conservadorismo reacionário.

É sob este ângulo, que a reflexão aborda o conservadorismo neste período de crise sanitária em relação às forças burguesas ao recrudescerem consideravelmente o conservadorismo contemporâneo vinculado ao positivismo e ao irracionalismo

(LUKÁCS, 2020), evidenciados com: o ultraneoliberalismo, o revisionismo e o negacionismo amparada a uma brutal violência no seu padrão de dominação e a sua hegemonia é garantida pelo autoritarismo e por seus traços fascizantes (OLIVEIRA e SOARES, 2020).

O IBGE (2021) divulgou hoje em abril de 2021 os resultados da PNAD Contínua referentes ao trimestre encerrado em fevereiro de 2021. Como apontam os dados a taxa de desemprego bateu recorde na série histórica (iniciada em 2012), atingindo 14,4%. Com isso, a população desocupada cresceu em 400 mil pessoas no último trimestre, já abrangendo 14,4 milhões de brasileiros.

A égide do capitalismo dependente continua a subordinar o seu desenvolvimento aos dinamismos das nações capitalistas avançadas elementos estruturantes nos processos de modernização burguesa em nosso país que se explicitam neste período da contrarrevolução preventiva e prolongada. Na América Latina o capitalismo se desenvolve, portanto, articulado ao contexto da expansão e evolução do capitalismo mundial de países centrais, configurando tipos específicos de capitalismo dependente. (OLIVEIRA, A. C.; SOUZA, G.; SOARES, M, 2019)

Assim, remetemos à análise da Teoria Marxista da Dependência para estudar as formas particulares de produção e reprodução capitalista no *capitalismo sui generis* (MARINI, 2005 [1973]), pois entendemos que a formação do capitalismo dependente só pode ser compreendida em função da acumulação de capital em escala mundial. “Tais transformações reorientam o sentido da industrialização dos países nos quais esta já havia começado, e iniciam e orientam a industrialização em vários países que até então não tinham desencadeado este processo” (BAMBIRRA, 2013, p. 33).

## **O AGRAVAMENTO DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO NO CENÁRIO DA COVID-19**

A explosão da informalidade, do desemprego, da fome e o contexto da pandemia da COVID-19 acirraram as desigualdades, e expuseram os traços antidemocrático, conservador e reacionário de uma burguesia e seus representantes no governo que sempre atuaram no sentido de conduzir a economia sob bases destrutivas onde “ o arcaico alimentava o moderno, e este promovia as formas de aproveitamento daquele” (OLIVEIRA, 2018, p. 73).

Os mecanismos e estratégias levados a cabo a partir de 2020, com a crise sanitária causada pela pandemia da COVID-19, aprofundou a crise já existente, elevou o desemprego em níveis brutais, ao mesmo tempo, em que o capital financeirizado promovia novas composições de forças para as transformações de ordem técnica, de organização, gestão e controle nos processos de trabalho.

Durante o governo Bolsonaro fica patente o panorama de abandono das classes pauperizadas e a ausência de projetos de enfrentamento à crise. O imediato e o provisório, o irracionalismo e o negacionismo das concepções que sustentam este governo, criam um ambiente do “salve-se quem puder”. O informal ganhou força com a mediação das tecnologias e plataformas digitais e revelou que esta modalidade de trabalho foi e continuará sendo a única alternativa ao desemprego.

Com o decreto da Organização Mundial da Saúde (OMS) no ano de 2020 sobre a epidemia da COVID-19 o cenário mundial se viu em estado de colapso, a fim de contenção da proliferação do vírus as maiores instâncias da saúde decretaram quarentena, da mesma forma aconteceu no Brasil, entretanto, nem toda a população pôde atender o “fique em casa”, segundo o IBGE no mês de março de 2020 o total de pessoas desocupadas batia 11,9 milhões, equivalente a 11,2% e 40,7% da população em situação informal representando 38,3 milhões de trabalhadores informais sendo esses 6,4 milhões trabalhadores domésticos.

O cenário visto durante a pandemia foi a de trabalhadores sendo dispensados de seus serviços ou impedidos de trabalhar, visto que a suspensão dos transportes públicos e proibição do funcionamento de comércios os impactou diretamente, o que vivenciamos foi o agravamento do desemprego, da fome e da precarização do trabalho. Na realidade das trabalhadoras domésticas não foi diferente.

A informalidade é uma realidade persistente para as trabalhadoras domésticas como um todo: apesar do crescimento da formalização nas últimas duas décadas, ainda chegamos a 2018 com menos de 30% da categoria com carteira de trabalho assinada – proporção que é ainda menor entre as trabalhadoras negras e que vem apresentando tendência de redução desde 2016, convertendo-se em um indicador a ser acompanhado de perto nos próximos anos (IPEA, 2020, p. 41).

Como podemos identificar no levantamento do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), que aponta os primeiros impactos da pandemia no mercado de trabalho até maio de 2020, revelando que 26,3 milhões de brasileiros/as declararam não ter trabalhado nem procurado trabalho, mas que gostariam

de estar trabalhando. Entre eles/as, 18,5 milhões afirmaram estar nessa situação por causa da pandemia. (DIEESE, 2020).

O patriarcado como um sistema histórico de dominação-exploração das mulheres pelos homens (SAFFIOTI, 2004) que expressa desdobramentos na divisão sociosexual e racial do trabalho pela desigualdade salarial, de ocupações no trabalho. Haja visto que o aprofundamento do conservadorismo e suas expressões contemporâneas reacionárias, ao se inserirem no marco da crise capitalista e da luta de classe, atinge alarmantes níveis de superexploração da força de trabalho.

O trabalho doméstico feminino não é um fenômeno novo e muito menos restrito à realidade brasileira, mas distingue sob as particularidades como estrutura do modo de produção capitalista dependente (NOGUEIRA e PASSOS, 2020).

É neste ângulo que abordamos o conservadorismo reacionário neste período de crise sanitária em relação às forças burguesas que recrudesceram consideravelmente o conservadorismo contemporâneo vinculado ao positivismo e ao irracionalismo (LUCKÁCS, 2020), evidenciados com: o ultraneoliberalismo, o revisionismo e o negacionismo amparada a uma brutal violência no seu padrão de dominação e a sua hegemonia é garantida pelo autoritarismo e por seus traços fascizantes (OLIVEIRA e SOARES, 2020).

A ressalva para esta evidência está no caldo conservador que revive o pensamento social pautado em concepções irracionistas de vertentes (neo)conservadoras. Este pensamento, como parte do pensamento pós-moderno, avança na profissão com um discurso legitimador de natureza cultural. Isto é, culmina num conjunto de produções que consolida o enfrentamento à pobreza pela construção de “novo” consenso social difundida como prática e ideologia pelos organismos internacionais e absorvidas por parte das corporações da sociedade civil.

O período da epidemia da COVID-19 apenas tirou de baixo do tapete uma realidade que vinha se arrastando a tempos e implodiu com a precarização das políticas sociais frente a um governo violento e de extrema direita que foi o bolsonarismo, desta forma milhares de trabalhadoras domésticas precisaram se lançar na selvageria da superexploração do trabalho para sobreviver, por vezes impedidas de retornar às suas residências devido a patrões que se valiam da justificativa de resguardo para aproveitar-se dos serviços integrais de suas empregadas domésticas sem qualquer aporte social e/ou financeiro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em linhas gerais, a proposta de debate em torno da discussão das transformações sociais marcadas pela dialética do desenvolvimento capitalista dependente nas dimensões do trabalho precarizado instigadas pelo convite pertinente do ENPS, nos convida à renovar as reflexões entre o atual recrudescimento do conservadorismo na feição reacionária e as expressões patriarcais inseridas nesse contexto, compromete a vida das mulheres sob o ângulo da superexploração da força de trabalho e das opressões.

Interessa, portanto, reunir contribuições, numa perspectiva de totalidade, que permitam refletir criticamente a partir do recorte empírico e aportes diversos relacionados à divisão sociosexual e racial do trabalho e a superexploração do trabalho incentivado pelo pleito das mulheres por um projeto anticapitalista, antipatriarcal e antirracista frente à investida conservadora atingindo o conjunto dos direitos da classe trabalhadora.

Salientamos que este estudo é parte da pesquisa realizada sobre as expressões da precarização do trabalho doméstico feminino e conservadorismo que galvaniza parte do discurso e ideário burguês na multiplicação e renovação da visibilidade dos sujeitos políticos por parte dos setores ultraconservadores.

Sendo assim, este estudo reúne algumas contribuições, numa perspectiva de totalidade para a compreensão da realidade vivenciada pelas trabalhadoras domésticas do Brasil e a influência do conservadorismo e do capitalismo dependente sobre a divisão sociosexual e racial do trabalho doméstico feminino, a fim de combater as investidas constantes contra os direitos da classe trabalhadora.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

BAMBIRRA, Vânia. **Capitalismo dependente latino-americano**. Coleção Pátria Grande – Biblioteca do Pensamento Crítico Latino-Americano. Tradução Fernando Correa Prado e Marina Machado Gouvêa. 2ª edição. Florianópolis: Insular/IELA, 2013.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. **Dependencia, Super-explotación del trabajo y crisis: una interpretación desde Marx**. Madrid: Maia Ediciones, 2017.

CISNE, Mirla. Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 132, p. 211-230, maio/ago. 2018.

DIEESE. **Boletim emprego em pauta DIEESE** (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. n. 15, jul. 2020. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimempregoempauta/2020/boletimEmpregoEmPauta15.html>. Acesso em: 15 set. 2020.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. São Paulo: Editorial Global, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A Questão Social no Capitalismo. *Temporalis*, Brasília n. 3, 2. ed., p. 09- 32, jan/jul 2004.

IBGE. **Taxa de desocupação é de 11,2% e taxa de subutilização é 23,2% no trimestre encerrado em janeiro de 2020**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/26978-taxa-de-desocupacao-e-de-11-2-e-taxa-de-subutilizacao-e-23-2-no-trimestre-encerrado-em-janeiro-de-2020> Acesso em: 24 de fevereiro de 2023.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Notas técnicas Versão 1.8, 2021**. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101733\\_notas\\_tecnicas.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101733_notas_tecnicas.pdf). Acesso em 01 de maio de 2021.

IPEA. **Atlas da Violência 2020**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, p. 7-91, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020> Acesso em: 24 de fevereiro de 2023.

LARA, Ricardo, MARANHÃO, César. Fundamentos do trabalho, “questão social” e Serviço Social. SOUSA, Edvânia A. de; SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (Orgs). Trabalho, Questão Social e Serviço Social: a autofagia do capital. São Paulo: Cortez, 2019, pg. 37-60.

LUCE, Mathias Seibel. **A Teoria do Subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital**. A História de uma categoria. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 2011, 255f.

LUCE, M. **Teoria Marxista da Dependência**. Problemas e categorias - Uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular. 2018.

LUKÁCS, Georg. **A Destruição da Razão**. Tradução de Bernard Herman Hess, Rainer Patriota, Ronaldo Vielmi Fortes; revisão de Ester Vaisman, Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Instituto Lukács, 2020.

MARINI, R. M. Dialética da dependência. In: **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. Roberta Traspadini e João Pedro Stedile (org.). São Paulo: Expressão Popular, 2005 [1973]. p.137-180.

- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. Tradução Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política** – Vol. 1, Tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MARTINS, Thays. Brasil registra 6 casos de trabalho escravo doméstico em um mês. **Correio Braziliense**, 2022. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/brasil/2022/08/5026899-brasil-registra-seis-casos-de-trabalho-escravo-domestico-em-um-mes.html> Acesso em: 24 de fevereiro de 2023.
- MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MOURA, C. Escravismo, colonialismo, imperialismo e racismo. **Revista Afro-Ásia**, n. 14, p. 124-137, Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas: São Paulo. 1983.
- NOGUEIRA, Claudia Mazzei; PASSOS, Rachel Gouveia. A divisão sociosexual e racial do trabalho no cenário de epidemia do covid-19: considerações a partir de Heleieth Saffioti. **Caderno C R H**, Salvador, v. 33, 2020, p. 1-9. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/ZWKHNKp9Jyxmjngm4SFZsRq/> Acesso em: 24 de fevereiro de 2023.
- OLIVEIRA, Ana Cristina de O. Conservadorismo, Banco Mundial e Serviço Social: o (neo) desenvolvimentismo e as reformas sociais. **Temporalis**, Brasília (DF): Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, ano 18, n. 35, p. 244–264, jan./jun. 2018.
- OLIVEIRA, A. C. O. de e SOARES, M. Superexploração da força de trabalho e o trabalho na pandemia. In: SOUSA, Adrianyce A.S. de; OLIVEIRA, Ana Cristina. O. de.; SILVA, Letícia. B. Da; SOARES, M. (Orgs.). **Trabalho e os limites do capitalismo: novas facetas do neoliberalismo**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020, p. 105-131.
- OLIVEIRA, A. C.; SOUZA, G.; SOARES, M. Capitalismo dependente brasileiro: retrocessos sociais e avanço do conservadorismo reacionário em tempos de crise. In: RAMOS, A. et al. (Orgs.) **Desenvolvimento, formação social brasileira e políticas públicas: subsídios analíticos para o Serviço Social**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019, p.11-24.
- PAÍSES EMERGENTES REÚNEM MAIOR NÚMERO DE DOMÉSTICAS, DIZ OIT. **BBC News**, 2013. Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/04/130404\\_oit\\_emergentes\\_fl#:~:text=S egundo%20a%20OIT%2C%20Am%C3%A9rica%20Latina,de%20apenas%20%2C8%25](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/04/130404_oit_emergentes_fl#:~:text=S egundo%20a%20OIT%2C%20Am%C3%A9rica%20Latina,de%20apenas%20%2C8%25). Acesso em: 24 de fevereiro de 2023.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

WENTZEL, Marina. O que faz o brasil ter maior população de domésticas no mundo. **BBC News**, 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43120953>  
Acesso em: 24 de fevereiro de 2023.